



A VIDA SOBRE AS ÁGUAS NA AMAZÔNIA: DIFERENTES ESCALAS DE PLANEJAMENTO E PERSPECTIVAS DA URBANIZAÇÃO DE ÁREAS ÚMIDAS EM MACAPÁ-AP (SESSÃO TEMÁTICA II)

Ana Paula Cascaes Rodrigues

Universidade de São Paulo - USP | ana.cascaes@usp.br

Sessão Temática II: desenvolvimento regional: políticas, escalas e ações.

Resumo: No contexto das cidades amazônicas a relação singular entre o tecido urbano e a água configura-se como um traço marcante da dinâmica da região, porém os conflitos que envolvem habitação e os rios urbanos tem aumentado significativamente, tornando essa questão um desafio para o planejamento e políticas públicas na região amazônica. As altas taxas de ocupação de áreas úmidas situadas nos centros urbanos da região resultam em uma série de implicações socioambientais como: contaminação dos rios, falta de saneamento, falta de segurança e infraestrutura adequada, precariedade habitacional e inundações causadas pela mudança de regime de chuvas e aterramento. Sendo assim, este trabalho objetiva compreender as dinâmicas que envolvem a relação cidade e água no contexto amazônico com ênfase nas ocupações em áreas úmidas, principalmente no contexto das ressacas na cidade de Macapá, e em como o poder público tem atuado em suas diferentes escalas municipal, estadual e federal para o enfretamento deste desafio urbano que possui consequências socioambientais e que necessita urgentemente de iniciativas mais eficientes de planejamento urbano, políticas públicas e demais instrumentos legais.

Palavras-chave: Áreas Úmidas; Planejamento Regional; Amazônia; Políticas Públicas e Habitação.

LIFE ON THE WATERS IN AMAZONIA: DIFFERENT SCALES OF PLANNING AND PERSPECTIVES OF URBANIZATION OF WETLANDS IN MACAPÁ-AP

Abstract: *In the context of the Amazonian cities, the unique relationship between urban fabric and water is a striking feature of the region's dynamics, but conflicts involving housing and urban rivers have increased significantly, making this issue a challenge for planning and public policies in the Amazon region. The high occupancy rates of wetlands located in urban centers of the region result in a series of socio-environmental implications such as: contamination of rivers, lack of sanitation, lack of security and adequate infrastructure, Housing precariousness and floods caused by the change of rainfall regime and grounding. Thus, this work aims to understand the dynamics involving the city and water relationship in the Amazon context with emphasis on occupations in humid areas, especially in the context of the ressacas in the city of Macapá, and how the public power has acted in its different scales municipal, state and federal for the confrontation of this urban challenge that has socio-environmental consequences and that urgently needs more efficient initiatives of urban planning, public policies and other legal instruments.*

Keywords: *Wetlands; Regional Planning; Amazon; Public Policies and Housing.*

LA VIDA SOBRE LAS AGUAS EN EL AMAZONAS: DIFERENTES ESCALAS DE PLANIFICACIÓN Y PERSPECTIVAS DE LA URBANIZACIÓN DE ÁREAS HÚMEDAS EN MACAPÁ-AP

Resumen: *En el contexto de las ciudades amazónicas la relación singular entre el tejido urbano y el agua se configura como un rasgo marcante de la dinámica de la región, pero los conflictos que involucran viviendas y ríos urbanos han aumentado significativamente, haciendo de esta cuestión un desafío para la planificación y las políticas públicas en la región amazónica. Las altas tasas de ocupación de áreas húmedas situadas en los centros urbanos de la región resultan en una serie de implicaciones socioambientales como: contaminación de los ríos, falta de saneamiento, falta de seguridad e infraestructura adecuada, La precariedad de la vivienda y las inundaciones causadas por el cambio en el régimen de lluvias y de tierra. Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo comprender las dinámicas que involucran la relación ciudad y agua en el contexto amazónico con énfasis en las ocupaciones en áreas húmedas, principalmente en el contexto de las resacas en la ciudad de Macapá, y en cómo el poder público ha actuado en sus diferentes escalas municipal, estatal y federal para enfrentar este desafío urbano que tiene consecuencias socioambientales y que necesita urgentemente iniciativas más eficientes de planificación urbana, Políticas públicas y otros instrumentos legales.*

Palabras clave: *Áreas Húmedas; Planificación Regional; Amazonia; Políticas Públicas y Vivienda.*

INTRODUÇÃO

O termo planejamento traz consigo muitas ideias, desenvolvimento, espacialidade, diretrizes, ações, metas, território, potencialidades, fragilidades, etc. A maioria destes termos evoca complexas discussões, assinalando o alto grau de desafio que este processo representa, a grande tarefa de planejar e ordenar considerando não só a cidade, nível urbano, mas uma região, ponderando sobre diretrizes e medidas a curto, médio e longo prazo.

Dentro das três esferas de governo diversos atores interagem e dessas relações são concebidas ações e iniciativas que buscam compreender verdadeiramente a realidade urbana buscando compreender os processos que a permeiam, como as ações de ocupação e apropriação. É vital conhecer a fundo o território, considerando todas as dimensões que o transpassam culturais, econômicas, políticas, ambientais e sociais.

No contexto da região amazônica termos como planejamento, urbanização, ocupação possuem uma dinâmica distinta e complexa, pois esta região possui um grande conjunto de singularidades que transpassam seu território desde aspectos físicos e ambientais, como hidrografia e vegetação, até fatores culturais, considerando os diferentes povos que fazem parte de sua história como indígenas e ribeirinhos.

Segundo Matsunaga (2021) a Amazônia é um território que possui todo um imaginário social amplamente difundido e um tanto quanto estereotipado, que transita por muitas concepções, porém a maioria paira sobre a questão da exuberância, riqueza e perigos da natureza intocada, o perfil dos povos tradicionais que a habitam, a exploração dos recursos naturais que envolvem principalmente ações de desmatamento e a ideia de que esta região é menos desenvolvida que o restante do país sendo menos modernizada, até mesmo um tanto primitiva. Sendo assim, a autora destaca a dificuldade em transpor essas representações, que muitas vezes se enraízam na consciência coletiva o que restringe bastante a percepção das pessoas a respeito da região.

Corroborando a ideia anterior, Porto-Gonçalves (2015) assinala que a percepção que a sociedade tem sobre a Amazônia é resultado de uma história que sempre foi contada de outros pontos de vista, nunca o do próprio habitante deste território. A Amazônia que mais se conhece é a que estava sob o olhar do colonizador e mesmo que existam atualmente ações muito interessadas em resgatar a história pela ótica de seus habitantes, como o projeto Amazônia Revelada que utiliza tecnologias de sensoriamento remoto para revelar vestígios de habitações que remontam a pelo menos 12 mil anos antes do colonizador chegar, bem ao contrário do mito da Amazônia desabitada tão amplamente difundido ao longo tempo (Berdinelli, 2023), este ainda é um trabalho extenso e que será demorado para desconstruir e ampliar o modo como se pensa a Amazônia.

A Amazônia do “vazio demográfico”, do “inferno verde”, ou as visões europeizadas que implementaram termos como “Paris dos Trópicos” e “Veneza Marajoara”, todas essas percepções advêm de um olhar externo que remete ao processo de colonização que

visualizava a região como um grande depósito de recursos naturais a serem explorados, um território a ser dominado. Inclusive Porto-Gonçalves (2015) destaca ainda que a ideia de uma Amazônia desabitada fazia parte da visão distorcida do colonizador de que as posses, os bens desta terra, estariam na verdade sendo reservados a outros povos, atribuindo a Amazônia o destino de ser dominada, sendo a presença da população originária muitas vezes ignorada ou explorada, o que se refletiu posteriormente no silenciamento e desvalorização de seus povos tradicionais amazônicos.

Contudo, do ponto de vista dos estudiosos da Teoria Urbana aplicada a região amazônica as concepções sobre a região se ampliam, fornecendo estudos mais aprofundados que analisam fatores históricos, econômicos e socioculturais que auxiliam na compreensão da dinâmica das cidades amazônicas. Algumas perspectivas interessantes são: a “Selva Urbanizada” de Becker, conceito que aborda as transformações sócio espaciais que surgem da interação entre o ambiente natural e as dinâmicas de ocupação humana impulsionadas pelo desenvolvimento urbano e a “Urbanização extensiva” de Monte-Mór que se refere a extensão do tecido urbano para além das fronteiras da cidade difundindo atividades, infraestruturas e populações em vastas áreas, sem necessariamente uma alta concentração espacial.

Outra perspectiva interessante é a classificação de Trindade Jr (2013) a respeito dos tipos de cidades da Amazônia baseadas no grau de conexão e dependência do indivíduo com relação a natureza. As cidades da floresta e as cidades na floresta. As cidades da floresta eram comuns na Amazônia até a década de 1960, sendo pequenas cidades que possuíam dinâmicas fortemente influenciadas pela natureza e a vida rural. Já as cidades na floresta foram criadas para atender as demandas de grandes projetos econômicos, normalmente vinculadas a questões externas à região, onde a relação com a natureza já não é mais de subsistência, mas sim de exploração econômica.

Todas essas observações sobre a Amazônia denotam a importância de conduzir estudos sobre a área sem “euforia”, com cautela, pois existem muitas singularidades a considerar como assinalaram Sathler, Monte-Mór e De Carvalho (2009), além de serem esforços de pesquisadores para desconstruir os estereótipos atribuídos a região, viabilizando a ampliação de perspectivas. Como afirmou Costa (2017) não se deve considerar um elemento isolado como representação de toda uma realidade, a Amazônia não é uma, são muitas, e deve ser entendida em sua totalidade.

Porém, entre diversidades existem algumas proximidades ou traços comuns que envolvem o contexto amazônico, sendo um dos mais característicos a relação cidade e água, pois a Amazônia possui uma extensa hidrografia, composta por diversos diferentes tipos de corpos hídricos que compõe a paisagem tanto da zona rural como da urbana, influenciando as dinâmicas, as formas de ocupar os espaços, o cotidiano, os fluxos, hábitos e atividades da sociedade, e dentro deste contexto, encontra-se também a ligação com a cultura ribeirinha, elemento integrante da territorialidade das cidades amazônicas resultante não apenas de um processo de adaptação às condições físico ambientais que a floresta impõe, mas também

expressa tradições arquitetônicas embasadas pelo domínio cultural dos povos tradicionais da região amazônica, conhecimentos antigos que possuem muito valor, pois reforçam as conexões entre homem e natureza.

Considerando tudo o que já mencionado, em principal as dinâmicas e especificidades amazônicas, este trabalho irá se aprofundar em um caso específico que por sua geografia peculiar possui um nível de dinâmica cidade e água ainda mais complexo, uma vez que se trata de uma cidade que se encontra em um Estado de características insulares, pois está cercado por corpos hídricos, não possuindo conexões viárias com o restante do país, a cidade Macapá, capital do Estado do Amapá.

Macapá encontra-se no meio de duas grandes bacias hidrográficas que tem como característica a presença das chamadas áreas de ressaca, espaços alagadiços que funcionam como “reservatórios naturais de água, caracterizados por um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio da rede formada de canais e igarapés e ciclos sazonais da chuva” (Portilho, 2010, p. 3). Estas áreas de grande vulnerabilidade ambiental estão sendo mais densamente ocupadas desde a década de 1970, o que resulta em uma série de problemáticas socioambientais como: contaminação dos rios, falta de saneamento, falta de segurança e infraestrutura adequada de mobilidade, precariedade habitacional e inundações causadas pela mudança de regime de chuvas e aterramento de áreas úmidas.

Sendo assim, este trabalho objetiva compreender as dinâmicas que envolvem a relação cidade e água no contexto amazônico com ênfase nas ocupações em áreas úmidas, principalmente no contexto das ressacas na cidade de Macapá, e em como o poder público tem atuado em suas diferentes escalas municipal, estadual e federal para o enfrentamento deste desafio urbano que possui consequências socioambientais e que necessita urgentemente de iniciativas mais eficientes de planejamento urbano, políticas públicas e demais instrumentos legais. Esta pesquisa está dividida em quatro seções, as duas primeiras centradas na relação cidade e água no contexto amazônico e local da cidade de Macapá, e as duas seguintes, nas ações de governança movidas nas diferentes esferas de poder público no contexto de Macapá e para finalizar a relação desta peculiaridade amazônica com os planos de desenvolvimento regional concebidos para a mesma.

RELAÇÃO CIDADE E ÁGUA: TRAÇO COMUM DA URBANIZAÇÃO EM BIOMA AMAZÔNICO

A relação entre cidade e água é intrínseca e remonta à antiguidade, quando a proximidade dos recursos hídricos foi essencial para a organização das primeiras civilizações, sendo assim, “a cidade nasce da água” (Mello, 2008), o que destaca a importância desse elemento natural à sobrevivência e ao desenvolvimento humano. O ato de estabelecer assentamentos urbanos nas proximidades de rios, lagos e outras fontes hídricas oferecia vantagens significativas, tanto no abastecimento de água potável quanto para agricultura, transporte e defesa.

Ademais, de acordo com Diegues (1998) a vivência diária próximo ou sobre as águas proporcionou a aquisição de uma série de conhecimentos o que o autor destaca como um conjunto de saberes e habilidades para produção de artefatos e ferramentas que auxiliariam nas atividades ligadas à água como a navegação e a pesca, incluindo-se também neste grupo os conhecimentos sobre a construção de edificações adaptadas ao território úmido.

Na região amazônica a relação cidade e água é ainda mais íntima, desde o princípio, nas primeiras incursões feitas à região e sua extensa rede hidrográfica que impunha grande presença despertou no imaginário do colonizador uma atmosfera de mistério que associada ao simbolismo que atribuíam a água como meio que viabilizava a expansão de seus domínios, aventuras e a conquista de novos territórios e recursos (Pizarro, 2012).

De acordo com Porto-Gonçalves (2001), os rios sempre foram estratégicos na região amazônica, pois todas as atividades econômicas, em especial a exploração do látex, a mais expressiva economia da região, utilizavam o rio como elemento fundamental que promovia a circulação de pessoas, recursos e serviços. Esta dinâmica era denominada pelo autor de controle das águas. Sobre este ponto Sathler, Monte-Mór e De Carvalho (2009) destacam que por muito tempo as atividades econômicas da região Amazônica eram essencialmente ligadas aos rios e à floresta, contudo, com o tempo novas redes urbanas se estabeleceram na região mesmo que ainda não tenham suficientes para viabilizar mais fluxos e integração com restante do país, pois o peso das peculiaridades espaciais e naturais é significativo, destacando o rio Amazonas como um eixo de muita importância para os fluxos e dinâmica da região.

Para Porro (1996) a Amazônia apresenta dois ambientes distintos, a terra firme e a várzea, que é a região sujeita a inundações e às influências fluviais e pluviais. O autor também ressalta a importância destas áreas no processo de ocupação colonial, além de também destacar as primeiras populações que habitaram estas várzeas, áreas mais propícias ao sustento, pois possuíam características que viabilizavam maior produtividade de alimentos, tanto pela agricultura quanto pela pesca.

O autor Leandro Tocantins (1972) em sua obra "O rio comanda a vida" também ressalta a grande influência dos rios no cotidiano do homem amazônico destacando uma relação de dependência, de sustento, e que os rios são mais que elementos que "embelezam a paisagem, fazem girar a civilização, comandam a vida no anfiteatro amazônico" (Tocantins, 1972, p.64).

O modo de habitar ribeirinho é um elemento antigo e marcante até os dias atuais, seja nos espaços rurais ou urbanos, pois está fortemente alicerçado na relação secular entre o homem e a água e a busca da sobrevivência desse indivíduo em um meio a um espaço que por suas características morfológicas encontra-se cercada por uma grande rede hidrográfica.

Ao longo do tempo o habitante ribeirinho desenvolveu técnicas e modos de se adaptar ao meio em que estava inserido extraindo dos cursos d'água o seu sustento, meio de transporte,

lazer, e também fazendo dele a sua casa, construindo uma moradia que também se integrasse ao território úmido.

Neto e Furtado (2015) apontam a presença do povo ribeirinho como um traço tipicamente amazônico, uma vez que é comum encontrar as moradias características destes habitantes, as palafitas, ao longo de muitos cursos d'água que conformam a bacia amazônica. Estas habitações construídas em madeira revelam a habilidade e o conhecimento ancestral deste povo.

O termo ribeirinho refere-se a princípio aos indivíduos que habitam às margens dos rios e igarapés, tanto em meio urbano como em meio rural (Loureiro, 1992). Porém, esta alcunha hoje "identifica um perfil sociocultural" que possui suas próprias relações de sociabilidade, saberes e comportamentos, que se refletem na forma de morar, de falar, de se alimentar, de exercer a sua fé, etc.

Por tudo que já foi mencionado verifica-se que a complexa relação entre cidade e água é sem dúvidas uma questão relevante no contexto amazônico até os dias atuais, e envolve aspectos ambientais e sociais. Partindo desta compreensão, é importante destacar que a importação desmedida de modelos e padrões de arquitetura e urbanização que claramente não se encaixam às condicionantes biofísicas e culturais amazônicas conduz ao desmerecimento das arquiteturas e padrões tradicionais de origem ribeirinha e indígena, reforçando estigmas tanto quanto ao material utilizado a madeira, quanto aos saberes e costumes locais. (Simonian, 2010; Menezes, Perdigão e Felisbino, 2012).

A desvalorização da arquitetura vernácula e das formas de ocupação típicas dos povos tradicionais é uma questão que perpassa a maioria das cidades amazônicas, como por exemplo Manaus, Macapá e Belém, que em seus próprios contextos passaram por processos similares que endossaram as mesmas ideias, que a presença da água, dos rios e utilização da madeira, na forma das palafitas, remetia à precariedade, à desorganização e que não seria condizente com os ditames das consideradas cidades desenvolvidas.

Este processo tem raiz na história de ocupação e urbanização da Amazônia por conta de uma série de iniciativas e intervenções que compunham projetos de colonização e desenvolvimento que por trás das chamadas melhorias, traziam um caráter ideológico que buscava extinguir do contexto urbano qualquer resquício do que fosse considerado precário, insalubre ou ultrapassado, e isto incluía os costumes culturais locais, nascidos das origens indígenas e ribeirinhas das camadas mais populares.

O período do ciclo da borracha é considerado uma era dourada, de grande desenvolvimento econômico, principalmente para as cidades de Belém e Manaus, porém, este momento histórico também proporcionou um distanciamento entre os moradores destas cidades e suas origens, pois agora as cidades em meio a "selva", deveriam se enquadrar nos moldes europeus de urbanização e arquitetura. Desta forma, tudo que advinha destes povos

tradicionais era marginalizado, incluindo o seu modo ancestral de ocupar o território o que envolvia suas práticas construtivas e costumes.

Bertha Becker (2013) destaca que a maioria das intervenções e grandes projetos voltados para a Amazônia possuíam fortes traços colonialistas e que visavam apenas a exploração dos recursos naturais amazônicos para enriquecer e manter uma hegemonia econômica, deixando para trás danos sociais, ambientais e econômicos. Uma questão que ainda hoje se nota na Amazônia que segue envolta por conflitos, exploração, silenciamento e desvalorização de seus povos tradicionais.

Rodrigues et al (2013), também esclarece que existe um conflito entre a ideia de uma cidade moderna, desenvolvida e com bons parâmetros de qualidade de vida e a presença dos assentamentos de característica ribeirinha, pois estes remetem ao poder público e a outros grupos sociais como um espaço da cidade desorganizado e insalubre. Por conta deste tipo de preconceito, percebe-se a ideologia da supressão do verde, da água, dos elementos naturais que tem seu espaço em meio às cidades amazônicas. Um pensamento que muitas vezes é amplamente difundido reforçando desigualdades.

Contudo, mesmo com a ampla disseminação dessa ideologia o que é inegável é a crescente presença das ocupações em áreas úmidas nos perímetros urbanos da região amazônica. Estes assentamentos surgem da dificuldade de acesso ao mercado formal de terras, resultando na ocupação de áreas fora da zona de interesse do setor imobiliário ou non aedificandi, geralmente áreas de grande vulnerabilidade ambiental protegidas por lei. E desta situação surgem consequências que impactam o meio ambiente e a comunidade como: contaminação dos rios, falta de saneamento, falta de segurança e infraestrutura adequada de mobilidade, precariedade habitacional e inundações causadas pela mudança de regime de chuvas e aterramento de áreas úmidas.

Segundo Rodrigues et al. (2013), os assentamentos em áreas úmidas configuram-se como um tipo de ocupação muito comum na região norte do Brasil que integra o bioma amazônico, tornando-se uma estrutura de cidade que possui toda uma dinâmica particular de organização, mobilidade, infraestrutura e etc., geralmente movida pelos esforços da própria população habitante, pelo processo conhecido como autoconstrução. Esta forma de ocupação do espaço é historicamente conhecida como parte da cultura ribeirinha, sendo integrante da territorialidade das cidades amazônicas.

Porém, de acordo com Trindade Jr (2013) cabe destacar algumas particularidades importantes quanto às diferenças entre as ocupações na cidade e no interior. Segundo o autor, as cidades amazônicas podem ser classificadas em dois grupos principais: as cidades menores ou interioranas, entre outros tipos de ocupação em áreas rurais, onde as relações de subsistência entre homem e rio ainda são muito fortes e envolvem todos os aspectos da vida cotidiana como mobilidade, geração de renda, alimentação para consumo próprio, etc.; e as cidades maiores onde o elemento da floresta consta como algo secundário, pois não existe mais a mesma relação de dependência entre homem e natureza que havia antes, uma vez

que na cidade grande o alimento, o sustento, o lazer, a mobilidade vem de outras fontes. Nestas cidades o homem vê pouca conexão entre ele e a natureza, pois em sua percepção ela está subordinada aos outros elementos da vida urbana. A floresta é vista quase sempre como recursos a serem explorados para o desenvolvimento econômico.

Para Rodrigues et al (2013) existe uma dupla conotação a respeito das moradias ribeirinhas, por um lado existe o caráter cultural e identitário e o discurso de valorização dos povos tradicionais da floresta, muito reforçada pelas habitações em contexto rural, por outro existia a questão do estigma social, características das habitações do contexto urbano, que neste panorama tornam-se um obstáculo, um perigo, sinônimo de precariedade e insalubridade. Dentro do primeiro ponto de vista existe ainda uma espécie de comercialização desta forma de ocupação ligada a propagandas turísticas, sinalizando que quando convém esta é uma linguagem arquitetônica valorizada, inspirando a construção de hotéis e resorts de luxo em meio a floresta no intuito de enaltecer empreendimentos da elite, destacando as características desejáveis a respeito da Amazônia (Simonian, 2010).

A verdadeira aceitação desta forma diferenciada e cultural de habitar é algo benéfico não só pelo reconhecimento de uma parte da própria identidade e cultura, da própria história, como também o mais inteligente a se fazer, pois ignorar ou subestimar a questão hídrica nestas cidades é algo leviano e frágil, uma vez que a natureza impõe a sua força com considerável facilidade.

O traço comum amazônico traduzido na arquitetura palafítica traz em seu íntimo não apenas as complexas relações entre habitação e rio, entre social e ambiental, entre o urbanizado e o natural, mas também o símbolo do domínio cultural de um povo sobre importantes técnicas construtivas, resultado do acúmulo de saberes empíricos que permeiam a vivência dos ribeirinhos. É marca da busca pelo direito à moradia, nasce da necessidade, dos poucos recursos financeiros, da opção que se tem disponível, mas também demonstra a extraordinária capacidade de adaptação do homem amazônico ao território em que vive.

AS DIFERENTES NUANCES DA RELAÇÃO DA CIDADE COM A ÁGUA EM MACAPÁ

O recorte territorial desde trabalho, a cidade de Macapá, é capital do Estado do Amapá, e localiza-se na região Norte do Brasil, sendo banhada pelo Rio Amazonas e cortada pela linha do Equador. Seus limites geográficos incluem: o município de Ferreira Gomes ao norte, o Oceano Atlântico a leste, o município do Itauba e o Delta do Amazonas a sudeste, e o município de Santana a sudoeste, este último também integrante da região metropolitana de Macapá, juntamente com o município de Mazagão (IBGE, 2023).

Com uma geografia peculiar, o Estado do Amapá está cercado pelas águas, pois limita-se a oeste pelo rio Jari, ao norte pelo rio Oiapoque, ao sul pelo rio Amazonas e a leste pelo oceano Atlântico, fazendo com que este território se assemelhe a uma ilha, o que por si só já

demonstra a grande influência que água possui ele e a isto se inclui a sua capital Macapá, que como já foi citada é banhado pelo rio Amazonas, o mais caudaloso do mundo, além de estar situada em meio a duas grandes bacias hidrográficas, a bacia do Igarapé da Fortaleza e a bacia do Curiaú (Matsunaga, 2021), o que por sua vez resulta em uma dinâmica hídrica muito particular com a presença de lagos, igarapés e as áreas úmidas conhecidas como ressacas que funcionam como “reservatórios naturais de água, caracterizados por um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio da rede formada de canais e igarapés e ciclos sazonais da chuva” (Portilho, 2010, p. 3).

Após esta breve introdução já se torna claro o quanto a vida urbana se entrelaça com a questão hídrica em Macapá, principalmente na figura do rio Amazonas, que possui um papel extremamente importante na dinâmica da cidade não apenas por questões de acesso, uma vez que mesmo com a disponibilidade de transporte aéreo a via fluvial ainda é amplamente utilizada, mas também por constituir relações que abrangem valores econômicos, culturais, sociais e ambientais.

De acordo com Matsunaga (2021) a importância do rio Amazonas se impõe diariamente, pois uma das principais informações divulgadas nos noticiários locais é o regime de Tábua de Marés que dita os períodos de cheias e vazantes que orientam o fluxo de embarcações que partem e chegam a capital, mesmo que o complexo portuário oficial do estado se encontra no município vizinho, Santana. E este ponto leva ainda a mais um aspecto importante mencionado pela autora que diz respeito à espacialidade destacando a presença de vários pontos não oficiais de atracamento públicos e privados ao longo da orla, hoje predominantemente de uso turístico, mas que conserva características e dinâmicas que remontam aos primórdios da capital. A vida ainda gira em torno do rio que propicia o fluxo de pessoas, que incluem movimentos pendulares e migratórios e mercadorias, sendo as principais em menor escala produtos oriundos da agricultura, pesca e artesanato e os de maior escala, madeira, minérios e grãos para exportação.

Contudo, a relação com rio vai além da questão econômica, também envolve aspectos diversos como os sociais e culturais, que já tiveram alguns pontos mencionados anteriormente na questão das influências ribeirinhas, mas também ambientais, haja visto o grande interesse do Estado do Amapá em preservar recursos naturais, fato reforçado pelo grande número de Unidades de Conservação e na atuação de instituições municipais, estaduais e federais voltadas para a questão, como as Secretarias de Meio Ambiente, Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Promotoria do Meio Ambiente Conflitos Agrários, Habitação e Urbanismo do Amapá (Prodemac) (Barbosa, 2022).

Tornando aos valores sociais e culturais da relação cidade e rio, Febvre (2000) destaca a existência de uma zona de união que integra os cursos d’água à vida urbana e conseqüentemente ao cotidiano dos indivíduos. O rio dita a dinâmica da cidade, as tábuas de

marés influenciam os ritmos e os fluxos de pessoas e de produtos como foi mencionado por Matsunaga (2021).

Porém, além dos valores já citados que expressam um caráter ligado a fatores como conexão e identidade, existem ainda as associações negativas à questão das águas urbanas, que inclusive remetem a ideologias já mencionadas quando se considera os processos históricos de ocupação da Amazônia, quando a água é vista como obstáculo ao desenvolvimento e urbanização, como fonte precariedade (Pontes, Garcia e De Vasconcelos, 2023).

Para Barbosa (2018) esta visão que estigmatiza as águas urbanas, a comunidade que habita e frequenta estas áreas e os usos populares das mesmas, deve-se a valorização das relações capitalistas que ditam e moldam a produção e relações que permeiam o espaço urbano. Isto é notável principalmente na área da orla de Macapá onde os usos populares, que em sua maioria tem origens ribeirinhas como a utilização das pequenas embarcações e demais atividades portuárias, são marginalizados, associados à desorganização, sujeira e precariedade.

Situação semelhante ocorre com os assentamentos em áreas úmidas, principal objeto de estudo deste trabalho. Tais ocupações situadas em espaços de grande vulnerabilidade ambiental geram uma série de impactos que afetam o meio ambiente e também atingem a própria população residente, exposta a condições insalubres advindas da ausência de um saneamento básico apropriado a estas áreas. Além das problemáticas complexas à que estas pessoas estão expostas ainda existem a questão dos estigmas e preconceitos evidenciado pelo acentuado grau de desigualdade entre os moradores “da ponte” como são conhecidos, e os moradores do asfalto, “em função do estereótipo que foi criado acerca do local e dos moradores da ponte, como sendo lugar de bandidos, prostitutas e doenças” (Pereira, Sousa e Silva, 2015, p.1). As desigualdades podem ser visualizadas com relação aos serviços e infraestruturas disponibilizadas aos moradores do asfalto que contrastam com a paisagem das ressacas localizadas ao fim das ruas.

Os assentamentos em áreas úmidas, como já foi brevemente mencionado na seção anterior, integram o conjunto de características comuns que permeiam a região amazônica, porém o caso da cidade de Macapá possui algumas particularidades a mais, sendo uma cidade nascida em meio a duas grandes bacias hidrográficas, a água delimita, define e influencia diretamente o traçado da cidade, apresentando uma dinâmica muito interessante que envolve o tecido urbano e suas áreas úmidas. A presença da água não se impõe apenas por meio da orla do Rio Amazonas, mas também na forma das áreas de ressaca, como são conhecidas no Estado e que funcionam como “reservatórios naturais de água, caracterizando como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio da rede formada de canais e igarapés e ciclos sazonais da chuva” (Portilho, 2010, p. 3).

No perímetro urbano das cidades de Macapá e Santana, município vizinho e segundo mais populoso, existem 27 áreas de ressaca (Souza, 2020). Estas áreas “estão expostas aos processos de urbanização e antropização” (Costa, 2023, p.1) e legalmente são consideradas

APP's (Áreas de Preservação Permanente), possuindo grande importância ambiental, pois são sistemas naturais de drenagem e possuem um ecossistema próprio e rico, repleto de vegetação herbácea (Mendonça et al, 2016).

Historicamente a ocupação das áreas de ressaca iniciou-se com o crescimento urbano acelerado, impulsionado pela criação do Território Federal do Amapá em 1944. Com esse novo status, Macapá tornou-se mais atrativa para investimentos via governo federal, além de despertar novas oportunidades no setor industrial, em virtude da descoberta da abundância de minério de manganês no interior do Estado, o que ocasionou a instalação da Indústria de Mineração e Comércio – ICOMI LTDA. Vista agora como a terra das oportunidades, iniciou-se um movimento de migração, principalmente do Estado do Pará, incluindo a capital, mas particularmente as ilhas próximas de Macapá habitadas por comunidades ribeirinhas. Com todos esses acontecimentos o poder público agiu para ordenar e estruturar a cidade, instituindo uma nova configuração espacial: pessoas de maior poder aquisitivo no centro da cidade, geralmente brancos, e as de menor poder aquisitivo, negros e mestiços, para as áreas que restarem, geralmente, as periféricas (Portilho, 2010).

Com a chegada dos primeiros migrantes, em sua maioria oriundos das ilhas próximas pertencentes ao estado do Pará, surgiram as primeiras ocupações irregulares em áreas alagadas que segundo Costa e Tostes (2014) ocorreram no bairro hoje conhecido como Perpétuo Socorro, outrora Igarapé das Mulheres, e no antigo distrito macapaense de Santana, hoje município de Santana, no Igarapé do Elesbão.

Nas décadas de 60 e 70 o contingente populacional que habitava as ressacas seguia crescendo rumo a outras áreas da mesma tipologia localizadas nos eixos de expansão da cidade, norte e sul. Ademais, outros projetos econômicos de grande impacto como a construção da hidrelétrica Coaracy Nunes, a instalação da fábrica de compensados BRUMASA em Santana e o projeto Jari que envolvia fábrica de celulose e a floresta de Eucalipto localizadas no município de amapaense de Vitória de Jari, atraíram ainda mais fluxos migratórios levando ao que Ferreira (2008) denominou de “urbanização caótica”.

De 1980 a 1990 iniciou-se a fase conhecida como “urbanização explosiva” (Ferreira, 2008) com as taxas de ocupação em áreas de ressaca subindo a níveis preocupantes. Os fluxos de migração não cessavam, Macapá seguia sendo vista como a terra das oportunidades e, com a estadualização em 1988, o Amapá foi alvo dos migrantes de estados próximos como Pará, Ceará e Maranhão, além da população que saía do interior do estado rumo a capital e também a população habitante das ilhas paraenses próximas a orla de Macapá.

Atualmente, as áreas de ressaca de Macapá são ocupadas por cerca de 30% de um total de aproximadamente 443.000 mil habitantes (Costa et al, 2023), e este é um processo que segue em andamento, com a população com menor poder aquisitivo optando por morar nessas áreas que mesmo apresentando condições dificultosas à habitação, pois diferentemente das palafitas rurais as condições das ressacas são precárias devido à ausência de medidas de planejamento urbano e políticas públicas, sociais e ambientais, para mitigar a questão, são o

espaço disponível devido às condições econômicas dos moradores e a localização das mesmas próximas ao centro da cidade.

Como já citado, as ocupações de áreas de ressaca em Macapá se deram por conta de grandes fluxos migratórios, principalmente da população moradora das ilhas próximas a capital, principalmente das localidades do Afuá, Breves e Chaves, uma vez que a cidade de Macapá é mais próxima e de mais fácil acesso que a capital paraense, Belém. Estas pessoas que chegam a Macapá, atraídas pelas melhores condições de vida, têm origem ribeirinha, ou seja, um povo que tem o domínio sobre as técnicas que permitem a habitação no território úmido.

Para a população habitante deste território que em sua maioria possui origens ribeirinhas, e que, portanto, estão mais ambientadas aos desafios que a vida sobre as águas impõe, morar nas ressacas não soa tão intimidador, mas representa uma oportunidade de acessar a cidade formal, obter seu espaço, seus direitos e o acesso aos serviços e equipamentos públicos. Por meio deste tipo de ocupação, os moradores destas áreas buscam se sentir parte da cidade, na busca por legitimar a posse de terra, neste caso de um “pedaço de água” (Spíndola e Drach, 2023).

Em síntese, a questão dos assentamentos em áreas úmidas na cidade de Macapá é um tema complexo que reúne uma miríade de aspectos sociais, culturais e ambientais, configurando-se como uma peculiaridade local de grande relevância, trazendo em seu cerne um conjunto de valores e utilidades. A ressaca é moradia, patrimônio natural e cultural, parte da cultura ribeirinha em meio urbano, elemento constituinte da dinâmica e história da cidade de Macapá e alternativa mais acessível às condições econômicas de muitos, sendo extremamente importante compreender as escalas das instâncias político-administrativas que atuam sobre esta questão, destacando os principais planos, políticas, legislações e demais instrumentos que mencionam as áreas úmidas e que diretrizes e ações são utilizadas para gerir, ordenar e estruturar estes espaços.

AS ESCALAS QUE ENVOLVEM A URBANIZAÇÃO DE ÁREAS ÚMIDAS EM MACAPÁ

Com o aumento considerável dos assentamentos em áreas de ressaca na cidade de Macapá e das implicações oriundas deste tipo de ocupação, tornou-se cada vez mais relevante o posicionamento do poder público por meio de ações como políticas, planos e demais instrumentos em cada uma das três esferas de governo: municipal, estadual e federal, para viabilizar a mitigação dos problemas urbanos e também para auxiliar o crescimento de Macapá de forma mais planejada e menos danosa a própria cidade e seus habitantes.

ESCALA MUNICIPAL

Dentro da esfera municipal o plano diretor é um dos principais instrumentos políticos, sendo crucial para a regulação e ordenamento da cidade, consistindo em “um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana...”

(Villaça, 1999). Tais propostas englobam prazos de curto, médio e longo, e o plano necessita ser aprovado por lei municipal. Para a realização destes planejamentos é vital a elaboração prévia de um diagnóstico que documente a da realidade da cidade partindo de diferentes aspectos que permeiam o meio urbano como questões físicas, sociais, econômicas, políticas e administrativas.

De acordo com Costa e Tostes (2014) o início das experiências com os planos de desenvolvimento urbano em Macapá começaram ainda no período do Território Federal do Amapá a partir de 1943. Estes planos foram: Plano Grumbilf (1960), Plano de desenvolvimento urbano da Fundação João Pinheiro (1973), Plano de desenvolvimento H.J.Cole & Associados (1979) e Plano diretor Participativo de Macapá (2004).

Com relação à questão das áreas de ressaca ou áreas úmidas da cidade, existiam algumas diferenciações quanto às abordagens nos planos, no entanto, todos reconheciam a topografia peculiar da capital e consequentemente a presença das águas urbanas e a importância de propor algo para estes espaços, mesmo que o adensamento das ocupações em áreas de ressaca só tenha se intensificado a partir de 1980. Para o primeiro plano, o Grumbilf as ressacas eram consideradas "Pulmões verdes e uma espécie de filtros do ar" (Macapá. Plano Grumbilf, 1960, p.22), já esclarecendo a importância ambiental e paisagística destes espaços assinalando que "De qualquer maneira tal vegetação deverá ser mantida, (...) Todo o cuidado deverá ser tomado para preservar a vegetação existente. " (Macapá. Plano Grumbilf, 1960, p.22).

Já no plano da Fundação João Pinheiro (1973) as diretrizes com relação às ressacas eram distintas das que existiam no anterior, pois no documento é descrito que tais espaços representariam obstáculos ao crescimento da cidade de Macapá sendo necessárias ações de aterramento para "trazer resultados quanta a liberação de novas áreas para a urbanização, além de melhorar as condições de drenagem superficial" (Macapá. Plano Fundação Pinheiro, 1973, p.68, volume II). Ademais, o plano também propunha para algumas destas ressacas aterradas a função de aterro sanitário para prover o serviço de limpeza pública de uma estrutura mais completa, uma sugestão de intervenção que denota uma percepção equivocada da importância ambiental e do potencial paisagístico e até turístico das ressacas como o plano Grumbilf assinalou.

No plano HJ Cole (1979) as ressacas eram reconhecidas como lagos, sendo considerados riquezas naturais da cidade o que, portanto, justificaria a necessidade de proteção e preservação dos mesmos. Uma vez que se um dos objetivos do plano era justamente o destaque das potencialidades turísticas e belezas naturais, não faria sentido permitir a construção e ocupação nestas áreas úmidas.

Bastos (2006) afirma que a HJ COLE previa a necessidade de um plano turístico envolvendo as ressacas baseando-se em projetos similares como de Manaus, por exemplo, promovendo

um modelo de planejamento que não apenas protege as ressacas, mas também fortalecesse a economia do estado e as belezas naturais amazônicas.

Em 2004, no contexto pós Estatuto da cidade, surge o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDDUAM), Lei Complementar Nº 026/2004. Este plano é um marco sendo o primeiro com caráter participativo e que considerou o processo de verticalização. Segundo Matsunaga (2021), o PDDUAM já foi alvo de muitos estudos e análises alguns destacando seus pontos fortes, outros ressaltando controvérsias e fragilidades, entre as observações feitas estão os importantes avanços na questão ambiental, mas também a ausência de diretrizes mais específicas na parte social, principalmente habitação.

Para o PDDUAM as áreas de ressaca “se comportam como reservatórios naturais de água, apresentando um ecossistema rico e singular e que sofrem a influência das marés e das chuvas de forma temporária” (Macapá, 2004, p. 16), sendo consideradas, conforme artigo 7º do supracitado plano, como áreas de maior fragilidade ambiental, portanto, passíveis de proteção, possuindo caráter de patrimônio ambiental do município. Assim, as primeiras diretrizes notadas no plano sobre esta questão destacam a não ocupação das ressacas e preveem a preservação destes ecossistemas por meio de ações educativas para divulgação de informações e sensibilização a respeito da importância das mesmas.

Outro ponto pertinente do plano é que ele reconhece a existência das ocupações nas ressacas, as habitações denominadas palafitas, o que, portanto, indica que o PDDUAM tem ciência da problemática considerando-a ao elencar suas diretrizes de ordenamento.

Para as normativas do plano diretor as ressacas se constituem como um ecossistema valioso e único, vital para cidade devido às suas inúmeras funções ambientais, fazendo com que a ordem das ações do poder público consista em: 1-proibição; 2-contenção e 3-reassentamento (Macapá, 2004). Contudo, existem reflexos destas ações na espacialidade que tem consonância com as normativas do plano, como reassentamento em conjuntos habitacionais e urbanização das áreas de ressaca irrecuperáveis, mas também existem iniciativas que estão em discordância com as leis, como as ações aterramento de áreas úmidas.

É importante frisar a clareza do plano na maioria dos trechos sobre as ressacas, que a primeira opção para lidar com esta problemática é o reassentamento: “coibição de novas ocupações irregulares nas áreas de ressaca, oferecendo alternativas habitacionais em locais apropriados” (Macapá, 2004, p. 23). Dentro deste ponto o PDDUAM destaca também no artigo 25º que devem ser oferecidas alternativas habitacionais adequadas à população remanejada bem como o direito à realocação para terrenos vazios próximos, além de serem consultados e incluídos no processo de escolha do local da nova moradia.

Ainda no artigo 25º, inciso I, são fornecidos mais detalhes sobre as ações de urbanização nas ressacas que já foram comprometidas com aterramento e, que especificamente localizam-se próximas à área central de Macapá. As medidas de urbanização adotadas para estas áreas envolvem principalmente o sistema de saneamento básico, com destaque para a drenagem.

No contexto da esfera municipal ainda existem a Lei Municipal de Proteção, Controle, Conservação e Melhoria do Meio Ambiente do Município de Macapá, Lei No. 948/98, que define que as ressacas são “bacias de acumulação de águas influenciadas pelo regime de marés de rios e drenagens pluviais”. (Art. 113, Inciso XIII da Lei Municipal nº 948/98 — PMM).

E por fim, têm-se o código ambiental municipal que nos artigos 145 e 146 declara que devem ser delimitadas e protegidas as unidades de conservação municipais, as áreas de ressacas e os exemplares de mata ciliar ao longo das margens dos cursos d’água e destaca ainda que a recuperação das áreas ressaca é uma ação prioritária e deve incluir ações de manejo sustentável nas respectivas zonas de desenvolvimento sustentável de que as ressacas fazem parte (Brito et al, 2013). O código ambiental municipal, ainda define critérios de implantação de infraestrutura de saneamento básico para as ocupações em áreas úmidas como ressacas, rios e igarapés contanto que estas infraestruturas sejam compatibilizadas com as características físicas destas áreas.

Escala Estadual

No nível estadual, as legislações mais específicas abordam as ressacas como uma peculiaridade físico ambiental do Amapá, sendo assim, em sua Constituição de 1991, constam normativas visando práticas de conservação do meio ambiente nos artigos 313 e 315 destacando a importância da preservação dos corpos hídricos e restringindo sua ocupação apenas a casos em que foram realizados estudos de impacto ambiental. Ademais, neste mesmo documento ainda se tem a determinação de que as terras próximas aos corpos hídricos serão consideradas áreas de preservação permanente (Brito et al, 2013).

Em 1999 foi instituída a primeira lei sobre as áreas de ressaca, Lei Estadual 0455/1999, que instituía o tombamento das ressacas como patrimônios naturais e que, portanto, teriam quaisquer atividades de caráter poluidor proibidas, assim como usos de solo que pudessem promover efeitos danosos na biodiversidade do local, como processos erosivos por exemplo. Contudo, em 27 de maio de 2004 esta normativa foi revogada pela Lei Estadual, que previa em seu primeiro artigo a importância da elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano – ZEEU, para áreas de ressaca localizadas nas zonas urbanas, objetivando o ordenamento social e econômico e a proteção do meio ambiente.

Segundo Mastunaga (2021) em 2012 foi elaborada uma proposta de Zoneamento Ecológico Econômico Urbano (ZEEU) das áreas de ressaca das cidades de Macapá e Santana, município vizinho, porém, mesmo este possuindo um estudo bastante completo sobre as áreas úmidas

constituindo-se como um importante instrumento de política ambiental, não possui institucionalidade jurídica, pois o projeto foi engavetado antes da finalização de todos os processos que formalizariam suas diretrizes, contudo, tanto esta autora como outros autores do tema levam em consideração os estudos do ZEEU como orientação para as análises sobre as ressacas em virtude de seu caráter técnico que conjuga elementos ambientais e biológicos sobre os recursos naturais presentes na área urbana de Macapá.

Escala Federal

No nível da União as tratativas iniciam-se pelos artigos 23 e 30 da Constituição Federal que tratam da responsabilidade do Estado e do Município em agir para promover a preservação e conservação ambiental de seus territórios. Ademais, existem também as diretrizes da Lei 6.938/81 que trata da Política Nacional do Meio Ambiente que esclarece em seu art. 4º os objetivos da mesma sendo: a promoção do equilíbrio entre o desenvolvimento econômico-social e a preservação do meio ambiente; a determinação de critérios e padrões de qualidade ambiental e manejo de recursos ambientais e a preservação e restauração dos recursos ambientais (Brito et al, 2013).

O Código Florestal na Lei Federal Nº 12.651/2012 dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, possuindo duas alterações relevantes ao estudo de caso desta pesquisa, a mudança no artigo 65 pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que tratava da possibilidade de regularização ambiental por meio da aprovação do projeto de regularização fundiária para assentamentos inseridos em área urbana consolidada e que ocupam Áreas de Preservação Permanente, desde que essas não sejam áreas de risco, e também a outra alteração deste mesmo artigo, dada pela Lei nº 13.465, de 2017, que menciona “núcleos urbanos informais que ocupam Áreas de Preservação Permanente não identificadas como áreas de risco, a regularização fundiária será admitida por meio da aprovação do projeto de regularização fundiária” (Brasil. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017).

Por fim, Mastunaga (2021) ressalta a relevância da Lei de Parcelamento do Solo, Lei Federal No. 6.766/1979 ao estudo das ressacas, pois esta dispõe das diretrizes para parcelamento do solo na área urbana de todos os municípios do Brasil, destacando que o impedimento do parcelamento em áreas alagadiças ou inundáveis até que seja assegurado o escoamento das águas.

REFLEXÕES SOBRE O PLANEJAMENTO REGIONAL PARA A AMAZÔNIA

A questão do planejamento regional para a região Amazônica é algo delicado, mesmo que existam proximidades como as que foram expostas nesta pesquisa que tratam sobre as ocupações em áreas úmidas, a Amazônia possui grande diversidade em aspectos físicos,

políticos e econômicos, fazendo o desenvolvimento integrado desta região um grande desafio.

Sathler, Monte-Mór e De Carvalho (2009) destacam as complexidades do contexto amazônico sob a ótica das redes urbanas e dos fluxos em como as peculiaridades espaciais e naturais entre os territórios da região constituem-se como elementos difíceis de conciliar em como normalmente se concebe uma política de desenvolvimento integrado, pois são muitas nuances para considerar e equilibrar, sem contar os riscos, principalmente os ambientais que tem se apresentado neste contexto. Ademais, os autores ainda destacam que tais riscos decorrem principalmente como resultado de “decisões distantes, externas aos interesses da própria região e, muitas vezes, externas aos próprios interesses nacionais.” (Sathler, Monte-Mór e De Carvalho, 2009, p. 33).

Contudo, os mesmos autores esclarecem também diversos pontos interessantes da dinâmica da região e em como se dá seu funcionamento mesmo com os desafios que já foram citados, expondo que a Amazônia já se conforma como uma grande rede integrada e que tem como elemento conector “o rio Amazonas, que liga os dois maiores centros econômicos da região (Belém e Manaus), além das grandes rodovias que cortam a Amazônia e ajudam na integração com os grandes polos nacionais” (Sathler, Monte-Mór e De Carvalho, 2009, p. 33). Além disso, outro fator relevante exposto pelos autores e que dialoga com esta pesquisa é a questão cultural que envolve a Amazônia, que esta pode vir a ser um elemento de integração entre as diversas territorialidades amazônicas, mas que está presente tanto nas zonas rurais quanto nos grandes centros urbanos. A discussão desta identidade amazônica pode fomentar o nascimento de uma rede cultural capaz de transpor as distâncias deste extenso território, reforçando conexões que superam os aspectos essencialmente econômicos.

Dentro deste contexto entende-se que quando se trata do planejamento e de políticas que possam propiciar a integração e organização de uma região, os fatores que contam não são apenas os de natureza econômica e logística, pois não se trata de apenas listar e acumular vantagens na busca do desenvolvimento integrado, uma vez que as cidades com suas redes, fluxos e singularidades apresentam uma gama complexa de fatores a considerar e apreender, principalmente em contexto tão amplo e diverso como a Amazônia Brasileira.

Mas apesar disso, as ações para o desenvolvimento regional da Amazônia estão sendo encaminhadas. Ao longo da história pode-se perceber claramente diversas tentativas de viabilizar urbanização e desenvolvimento. Entre alguns exemplos estão: o Plano de Integração Nacional (1960), uma tentativa do governo militar de promover a intensa urbanização regional incentivando a ocupação da Amazônia e a instauração de uma economia agropecuária (Becker, 2013); as grandes infraestruturas viárias para promover integração territorial com a construção de rodovias como a Belém-Brasília (BR-010), a Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá-Santarém (BR-163); a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a implantação da Zona Franca de Manaus, parque industrial brasileiro.

Contudo, vários autores destacam a falta de simetria da relação entre o planejamento e as infraestruturas, em como estas são ferramentas utilizadas para materializar as ações planejadoras, que na época do governo militar brasileiro foram utilizadas como modelo de desenvolvimento econômico, mas que por fim acabava apenas por reforçar desigualdades entre as cidades e regiões pelo modo como eram distribuídas estas infraestruturas (Tavares, 2020).

Nota-se claramente o interesse em instalar grandes projetos e investimentos na Amazônia, algo que com o tempo só tem crescido, principalmente as iniciativas que incluem obras de infraestrutura, atividades de mineração, captação de energia, agronegócio e mais recentemente produção de petróleo, este último pertencente ao contexto da costa do Amapá. Porém, estes empreendimentos pautados por interesses predominantemente do setor privado influem radicalmente na espacialidade do território e nos hábitos, costumes e no modo de pensar da população residente nesta região.

Castro (2012) e Becker (2013) enfatizam os traços colonialistas por trás destas iniciativas, em como o objeto baseia-se principalmente na exploração dos recursos naturais amazônicos deixando para trás danos sociais, ambientais e econômicos como já se viu muitas vezes na história. Os chamados grandes projetos que apresentam discursos de desenvolvimento econômico local e regional, modernização, equiparação de oportunidades de emprego e qualidade de vida nos moldes dos grandes polos nacionais, são propostas demasiadamente convidativas, mas que por uma miríade de fatores e conflitos de interesse entre os agentes produtores do espaço envolvidos acabam por incentivar disputas que incluem não apenas o Estado e seus gestores mas também a população, sem contar que muitas vezes as condições físico ambientais, culturais e históricas não são levadas em consideração.

Ações mais recentes envolvem o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), instrumento de planejamento que orienta as ações do governo na região amazônica e que busca mitigar as desigualdades regionais por meio do crescimento econômico, qualidade de vida, e internalização da riqueza regional. O PRDA foi elaborado pela Sudam, em conjunto com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional Este plano possui vigência de quatro anos, sendo revisado anualmente (PRDA 2024 -2027 - Belém: SUDAM, 2023).

O PRDA 2024-2027 se baseia em eixos como o desenvolvimento produtivo que visa fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, a pesquisa, inovação e educação com o fomento à ciência e tecnologia que possam ser aplicadas ao contexto da Amazônia, infraestrutura econômica e urbana, apoio a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, gestão e governança pública e desenvolvimento social para ampliar oportunidades à população e promover a inclusão (PRDA 2024 -2027 - Belém: SUDAM, 2023).

Dentro dos eixos citados foram destacadas algumas diretrizes do PRDA que guardam relações com à questão da ocupação em áreas úmidas, mesmo que o termo não tenha sido

citado em nenhum dos casos. No que tange ao eixo de infraestrutura econômica e urbana a redação do plano deixa claro que o déficit habitacional juntamente com a ausência de domicílios particulares que possuam iluminação elétrica e esgotamento sanitário adequado é uma das questões de relevância para o plano e uma prioridade a ser mitigada. Outros pontos relevantes no mesmo eixo tratam das políticas de habitação sustentável e o acesso à moradia mesmo em áreas de maior vulnerabilidade destacando o investimento em projetos de habitação sustentável, que priorizem a utilização de materiais locais e tecnologias sustentáveis, principalmente na questão de energias renováveis como forma de reduzir impactos ambientais e sociais (PRDA 2024 -2027 - Belém: SUDAM, 2023).

No eixo meio ambiente a redação do plano destaca a relevância de instrumentos como o zoneamento ecológico econômico (ZEE) e o ordenamento territorial, explicando os objetivos de cada política que incluem principalmente a conciliação entre a exploração econômica e a conservação ambiental e o uso sustentável do solo para promover o desenvolvimento regional (PRDA 2024 -2027 - Belém: SUDAM, 2023).

Nota-se que as diretrizes possuem um caráter bem generalista, o que é compreensível para o plano desse porte que busca contemplar o máximo de fatores que permeiam a região amazônica. Contudo, mesmo que este plano apresente e enumere de forma bastante clara e objetiva muitas questões pertinentes à dinâmica do contexto amazônico, a ausência de menção e detalhamento a respeito do caso das ocupações em áreas úmidas, traço comum para muitas cidades amazônicas e que representa um dos maiores desafios urbanos do ponto de vista ambiental e social extremamente relevante a esta região, constitui-se como uma lacuna em um instrumento tão importante e que se propõe a promover um desenvolvimento integrado.

Por fim, cabe também mencionar que na plataforma do PRDA onde tramitam os projetos de desenvolvimento elaborados pelo município e pelo Estado e que devem estar em acordo com as diretrizes do supracitado plano, das iniciativas encaminhadas pelo Estado do Amapá que totalizam 18 projetos, nenhum deles trata especificamente sobre as ocupações das áreas úmidas (ressacas), o que parece uma oportunidade perdida para contemplar projetos urbanísticos, planos e políticas que visem infraestruturas, serviços e equipamentos urbanos adequados à vida sobre as águas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento e os instrumentos que acompanham as políticas, ações, serviços e programas que envolvem as três escalas de governo são cruciais para o desenvolvimento regional e urbano, porém, é importante destacar que apenas estes elementos não serão responsáveis por garantir a solução de todos os problemas, pois, como foi visto anteriormente, o próprio planejamento precisa englobar nos seus processos todos os agentes que compõe e influem no espaço urbano, não apenas na elaboração dos mesmos, mas no

também no cumprimento das metas e na observância das ações de fiscalização e regulação, estas últimas que dependem especialmente do desempenho e capacidade de gestão do poder público.

Com relação às ocupações em áreas úmidas em Macapá, que como foi mencionado ao longo deste trabalho não são uma especificidade local, pois a relação cidade e água permeia todo o território amazônico, buscar conhecer esta realidade percebendo e reunindo todos os elementos que influem sobre ela, e principalmente como ela é reconhecida, como é vista e como é assistida e pelo histórico de ações de planejamento, é vital para o avanço do desenvolvimento integrado da região Amazônica, considerando não apenas os fatores políticos e econômicos mas também sociais, ambientais e culturais.

O caminho para o desenvolvimento regional da Amazônia é diferente e exige mais interpretações, mesmo que a princípio as cidades deste contexto pareçam estar organizadas tal como as cidades do Centro-Sul do País, as escalas, os fluxos, as redes e dinâmicas se distinguem bastante, isto sem levar em conta toda a sua trajetória de colonização, ocupação e urbanização que deste o princípio também já se diferia bastante de outras regiões do Brasil (Sathler, Monte-Mór e De Carvalho, 2009).

Este território marcado pela distribuição desigual de centros urbanos e infraestruturas, grandes distâncias, com dinâmicas de transporte e logística influenciados quase que majoritariamente pela dinâmica hídrica e as desigualdades sociais que envolvem o acesso a recursos materiais e educacionais considerando as zonas urbanas e rurais são apenas alguns dos fatores que tornam o planejamento e desenvolvimento regional da Amazônia algo extremamente complexo e único (Sathler, Monte-Mór e De Carvalho, 2009). E mesmo que haja um grande movimento que busque esse desenvolvimento integrado, um desejo que já vem de outros períodos históricos, os projetos, investimentos e iniciativas encaminhadas neste contexto rico de recursos naturais, mas que também possui uma população que necessita ter seus direitos básicos assegurados e possui uma identidade cultural forte e amplamente vinculada à floresta, não podem se pautar apenas ou predominantemente em extração de riquezas que muitas vezes nem permanecem na região.

Avanços são bem-vindos, alguns dos projetos e iniciativas aqui citados também estão originando boas práticas e alguns resultados, porém o ponto principal destacado aqui é considerar todas as nuances, especialmente as singularidades que envolvem o contexto e territorialidade amazônica, pois não se tem apenas um ponto de vista, como vários autores já esclareceram, a Amazônia não é apenas uma, mas várias, é imperativo conhecer as especificidades das cidades e entender como interagem para construir uma compreensão mais aprofundada desta região.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Camilla Souza. REFLEXÃO SOBRE A SIGNIFICAÇÃO DA ÁGUA NO ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ-AP. 2020.
- BARBOSA, Camilla. Reflexão sobre a significação da água no espaço urbano de Macapá-AP. **Revista Thésis**, v. 7, n. 13, 2022.
- BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito. Conflitos ambientais urbanos em áreas de ressaca: Um estudo da comunidade Negra da Lagoa dos Índios em Macapá/AP. 2006.
- BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal [...].
- BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida — PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- BRASIL. Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.
- BECKER, Bertha. A urbe amazônida: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2013.
- BERDINELLI, Talita. A Amazônia descoloniza seu passado. Sumaúma: Jornalismo do Centro do Mundo, 26 out. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/a-amazonia-descoloniza-seu-passado/>. Acesso em: 12 mar. 2024.
- BRITO, Andréa Moraes et al. Análise da legislação aplicável nas áreas de ressacas no Município de Macapá. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 4, p. 01-12, 2013.
- CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Cadernos CRH**, Salvador, vol. 25, n. 64, p. 45-61, jan-abril, 2012.

COSTA, Andressa Cristina Pinto de Almeida; TOSTES, José Alberto. **A evolução urbana da cidade de Macapá através dos Planos Diretores**. Chegaram os viajantes. Ouviu-se o tinir de freios sacudidos nervosamente pelas cavalgadas, depois o chapinhar pesado de, p. 6, 2014.

COSTA, Camila Pernambuco et al. Formas urbanas para áreas de conflito socioambiental em APP's: Modelos para os desafios das Áreas de Ressaca de Macapá-AP. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 11, n. 1, 2023.

COSTA, Jodival Mauricio (org). **Amazônia: olhares sobre o território e a região**. Macapá: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. As Ciências Sociais e as sociedades marítimas e insulares. In: _____. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 42-57.

FEBVRE, L. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERREIRA, Regina Célis Martins. **Cidade de Laranjal do Jari: Expansão Urbana – Planejamento e Políticas públicas**. Dissertação (Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá-AP, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Amapá | Panorama. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acesso em 29/11/2023.

MACAPÁ. Lei Municipal Complementar nº 026, de 20 de janeiro de 2004. Plano Diretor de Macapá.

MACAPÁ. Plano Urbanístico de Macapá. Fundação João Pinheiro. Macapá: PMM, 1973.

MACAPÁ. Plano Urbanístico de Macapá. Grumbilf do Brasil. Macapá: PMM, 1960.

MACAPÁ. Plano Urbanístico de Macapá. Plano H J COLE e Associados. Macapá: PMM, 1979.

MATSUNAGA, Melissa Kikumi. Quando a água vira cidade: urbanização e moradia em Macapá, AP. Rio de Janeiro, 2021.

MELLO, Sandra Soares de. Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008.

MENDONÇA, Letícia Scheer et al. Palafita: A vida sobre as águas da cidade de Macapá. In **Estudos urbanos e regionais no trópico úmido: pensando a cidade amazônica na contemporaneidade / organização Jodival Maurício da Costa**. – 1 Ed. – Rio de Janeiro: Autografia; Macapá, AP: UNIFAP, 2016.

MENEZES, TMDS; PERDIGÃO, AKAV; FELISBINO, Danielli de Araujo. Abordagem geométrica entre a informalidade e a formalidade da habitação amazônica. BRICS e a Habitação Coletiva Sustentável. **São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo**, Universidade de São Paulo, 2012.

NETO, Francisco Rente; FURTADO, Lourdes Gonçalves. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo** (São Paulo-1991), v. 24, n. 24, p. 158-182, 2015.

PEREIRA, Ana Caroline Bonfim; SOUSA, Joice Cunha; SILVA, Ricardo Teixeira. Desigualdade social, áreas de ressaca e locais perigosos em Macapá/AP. http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1019797_24_06_2015_13-52-09_3353. PDF, 2015.

PIZARRO, Ana. **Amazônia**: as vozes do rio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2024 -2027 / Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. - Belém: SUDAM, 2023.

PONTES, Louise Barbalho; GARCIA, Matheus Cleber Melo; DE VASCONCELOS, Ana Carolina Souza. A cidade no estuário do rio Amazonas: mapeando apagamentos e sobrevivências na convivência com as águas na cidade de Macapá-AP. **Paisagem e Ambiente**, v. 34, n. 52, 2023.

PORRO, Antônio. **O povo das águas**: ensaios de etno-história amazônica. EdUSP, 1996.

PORTILHO, Ivone. **Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP**. Tese de Doutorado em Geografia. UNESP: Rio Claro, 2010.

Porto -Gonçalves, Carlos W. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

RODRIGUES, Roberta Menezes et al. ST4-825 Urbanização das baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. *Anais ENANPUR*, v. 15, n. 1, 2013.

SATHLER, Douglas; MONTE-MÓR, Roberto L; DE CARVALHO, José Alberto Magno. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia Brasileira. Universidade Federal de Minas Gerais, vol. 19, 2009.

SIMONIAN, Ligia. Palafitas, estivas e sua imagética na contemporaneidade urbanorrural da Pan-Amazônia (Paper 267). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 2010.

SOUZA, Luana Rocha de. Controvérsias e fragilidades do Plano Diretor sobre ocupações informais em áreas de ressaca IN: TOSTES, José Alberto. Os distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá–2004. 2020.

SPÍNDOLA, Raysa Oliveira; DRACH, Patricia RC. Análise da morfologia urbana das áreas de ressaca (wetlands) de Macapá: o caso do bairro do Congós. **Scientific Journal ANAP**, v. 1, n. 1, 2023.

TAVARES, Jeferson Cristiano. Infraestrutura na construção do território nacional, décadas de 1930 a 1970: arquitetura, urbanismo e as redes. **Oculum Ensaios**, v. 17, p. 1-19, 2020.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. Biblioteca do Exército, Editora, 1972.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**, Belém, n. 321, 2013.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam, 1999. p. 237 - 247.